

II - Júlio César Brandão, CPF nº 223.***.***-99;

III - Elisa Minto Boldieri Gomes, CPF nº 315.***.***-78.

Parágrafo único - A presidência da comissão será exercida pelo Supervisor mencionado no inciso I, do *caput* deste artigo.

Art. 3º - Compete à comissão o exercício das seguintes atividades:

I - análise de documentação;

II - vistoria dos materiais, equipamentos e instalações;

III - emissão de parecer conclusivo sobre o pedido de autorização de funcionamento;

IV - aprovação do Regimento Escolar;

V - homologação do Projeto Pedagógico do “Berçário e Escola de Educação Infantil Uni-Duni-Te”, situado na Rua Doutor João Guião, nº 894, em Ribeirão Preto/SP, mantido por Priscila Aparecida De Santis, inscrita no CNPJ nº 40.379.815/0001-48, com sede no mesmo endereço.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SME, 12 de junho de 2026.

SHEILA DA SILVA PONTELES

Subsecretária Pedagógica

Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA SUB. PED. Nº 02 /2026

DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

A SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Resolução SME nº 08/2001, que fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de instituições de educação infantil no Sistema Municipal de Ensino de Ribeirão Preto;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 2.524, de 17 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e o Estatuto do Magistério da Educação Básica Pública do Município de Ribeirão Preto,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão de Autorização de Funcionamento de Escolas de acordo com a Resolução SME nº 08/2001 e Deliberação CME nº 01/2001.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes servidores da Gerência de Supervisão de Ensino:

I - Cristina Maria Balthazar Brasil, CPF nº 118.***.***-67;

II - Rodrigo Cesar Souza, CPF nº 216.***.***-19;

III - Tatiana de Fátima Oliveira Alvares, CPF nº 093.***.***-67.

Parágrafo único - A presidência da comissão será exercida pela Supervisora mencionada no inciso III, do *caput* deste artigo.

Art. 3º - Compete à comissão o exercício das seguintes atividades:

I - análise de documentação;

II - vistoria dos materiais, equipamentos e instalações;

III - emissão de parecer conclusivo sobre o pedido de autorização de funcionamento;

IV - aprovação do Regimento Escolar;

V - homologação do Projeto Pedagógico do Colégio Cata-Vento Berçário e Educação Infantil, situado na Rua Rangel Pestana, nº 1362, em Ribeirão Preto/SP, mantido por Candido e Candido Berçário e Educação Infantil Ltda., inscrita no CNPJ nº 13.301.857/0001-93, com sede no mesmo endereço.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SME, 12 de junho de 2026.

SHEILA DA SILVA PONTELES

Subsecretária Pedagógica

Secretaria Municipal de Educação

FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO “CEL. QUITO JUNQUEIRA”

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselheiros da

Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira”

Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira” (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira” em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 20 de fevereiro de 2026.

MOORE PRISMA AUDITORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL S/S LTDA.

CRC 2SP024067/O-6

JULIANA INOUE CAVALIERI

Contadora - CRC 1SP258401/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e bancos conta movimento		2	2	Fornecedores e prestadores de serviços	7	142	341
Aplicações financeiras	4	93.527	89.011	Salários, férias e encargos sociais	8	1.905	1.171
Contas a receber	5	766	366	Impostos e contribuições a recolher		83	112
Outros ativos		255	178	Adiantamento de clientes	9	11.625	11.625
Total do ativo circulante		94.550	89.557	Subvenções a realizar	10	2.141	4.482
				Outros passivos		40	8
				Total do passivo circulante		15.936	17.739
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	611	-	Provisão para contingências	11	287	171
Depósitos judiciais		309	173	Total do passivo não circulante		287	171
Investimentos		-	13	Patrimônio líquido			
Imobilizado	6	18.249	18.317	Patrimônio social	13	88.524	89.053
Intangível		36	36	Ajuste de avaliação patrimonial		2.592	2.592
Total do ativo não circulante		19.205	18.539	Superávit (déficit) acumulado		6.416	(1.459)
				Total do patrimônio líquido		97.532	90.186
Total do ativo		113.755	108.096	Total do passivo e patrimônio líquido		113.755	108.096

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Com restrições			
Doações e subvenções	14	12.778	9.363
Aplicações financeiras	15	3.083	2.313
Sem restrições			
Aplicações financeiras	15	8.776	5.668
Aluguéis	16	2.868	2.712
Alienação de bens	17	4.450	-
Outras rendas		187	173
		32.142	20.229



Despesas operacionais			
Pessoal	18	(15.215)	(11.951)
Gerais e administrativas	19	(9.581)	(8.807)
		(24.796)	(20.758)
Superávit (déficit) do exercício		7.346	(529)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	7.346	(529)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	7.346	(529)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	87.452	2.592	2.014	92.058
Incorporação do superávit	1.601	-	(1.601)	-
Baixa de imobilizado conforme rescisão contratual com a Prefeitura Municipal	-	-	(1.343)	(1.343)
Déficit do exercício	-	-	(529)	(529)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89.053	2.592	(1.459)	90.186
Incorporação do déficit	(529)	-	529	-
Superávit do exercício	-	-	7.346	7.346
Saldos em 31 de dezembro de 2025	88.524	2.592	6.416	97.532

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	7.346	(529)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	488	693
Baixa de imobilizado	20	475
Provisão para contingência	116	105
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(4.516)	(12.043)
Contas a receber	(1.011)	(10)
Outros ativos	(77)	(10)
Depósitos judiciais	(136)	(105)
Fornecedores e prestadores de serviços	(199)	157
Adiantamento de clientes	-	11.625
Subvenções a realizar	(2.341)	552
Salários, férias, encargos sociais e impostos e contribuições a recolher	705	(239)
Outros passivos	32	3
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	427	674
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	-	(10)
Aquisições do imobilizado	(440)	(664)
Redução de investimento	13	-
Recursos líquidos (aplicados) nas atividades de investimentos	(427)	(674)
Caixa e bancos conta movimento	-	-
Variação do caixa e bancos conta movimento:		
Caixa e bancos conta movimento no fim do exercício	2	2
Caixa e bancos conta movimento no início do exercício	2	2
Caixa e bancos conta movimento	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional

a. Fundação

A Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" ("Fundação") é uma instituição civil, de caráter filantrópico e social, constituída em 1938 por Francisco Maximiano Junqueira e Theolina Zemilla de Andrade Junqueira (Sinhá Junqueira), sediada em Ribeirão Preto, SP. Seu propósito fundamental é transformar de forma permanente a vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, democratizando o acesso à educação de qualidade.

A Fundação atua nas áreas de educação e cultura, sendo responsável pela gestão direta do Colégio Camillo de Mattos e da Biblioteca Sinhá Junqueira, administração da Escola Municipal de Educação Infantil Dr. Fábio dos Santos Musa e Escola de Educação Infantil Geny Biagioni Veiga em parceria público-privada com a Prefeitura Municipal, além de programas contínuos de formação voltados à rede pública de ensino.

Reconhecida como Utilidade Pública nas esferas municipal (1960), federal (1970) e estadual (2002), a Fundação tem como fontes principais de receita aluguéis de imóveis próprios, rendimentos financeiros, alienações eventuais, subvenções e doações.



Em caso de dissolução, seu patrimônio será destinado preferencialmente à Fundação Maternidade Sinhá Junqueira ou entidades congêneres, conforme decisão do Conselho Curador.

b. Colégio Camillo de Mattos

O Colégio Camillo de Mattos oferece educação integral gratuita a 700 alunos da educação infantil ao ensino fundamental Anos Finais (até o 9º ano). A instituição fornece alimentação diária, uniformes, material escolar e um conjunto diversificado de atividades extracurriculares como Beach Tennis, língua inglesa, banda e atividades na piscina. Seus resultados acadêmicos têm sido reconhecidos externamente, com destacada evolução nas avaliações do SARESP, posicionando a instituição entre as melhores do estado de São Paulo.

c. Escola de Educação Infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa"

Mediante parceria público-privada com a Prefeitura de Ribeirão Preto, a Fundação administra a Escola Municipal de Educação Infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa", que atende anualmente 1.035 crianças de zero a cinco anos, oferecendo educação em tempo integral para os ciclos, e parcial nas etapas 1 e 2 com alimentação equilibrada, uniforme e material escolar. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças e apoio às famílias, contribuindo para a redução das desigualdades sociais desde a primeira infância.

d. Escola de Educação Infantil "Geny Biagioni Veiga"

Mediante parceria público-privada com a Prefeitura de Ribeirão Preto, a Fundação administra a Escola Municipal de Educação Infantil "Geny Biagioni Veiga", que atende anualmente 465 crianças de zero a cinco anos, oferecendo educação em tempo integral para os ciclos, e parcial nas etapas 1 e 2 com alimentação equilibrada, uniforme e material escolar. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças e apoio às famílias, contribuindo para a redução das desigualdades sociais desde a primeira infância.

e. Biblioteca Sinhá Junqueira

A Biblioteca Sinhá Junqueira possui acervo com mais de 20 mil livros, estrutura equipada com auditório, computadores e salas de estudo, além de uma ampla agenda cultural com contações de história, palestras, workshops e eventos diversos. Em 2025, realizou mais de 23 mil empréstimos de livros e recebeu mais de 195 mil visitantes, consolidando-se como importante espaço de incentivo à leitura e disseminação cultural em Ribeirão Preto e região.

f. Formação de Profissionais da Educação Pública

A Fundação Educandário oferece formação presencial gratuita para profissionais da rede pública de ensino, com foco em diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e professores de Língua Portuguesa e Matemática, por meio de uma atuação estruturada e contínua voltada à qualificação das práticas pedagógicas e ao fortalecimento da liderança escolar. Entre 2023 e 2025, o programa alcançou mais de 100 escolas públicas estaduais em 14 municípios, totalizando 1.218 profissionais capacitados e aproximadamente 1.700 horas de formação presencial, com impacto indireto superior a 60.000 alunos. Os resultados observados incluem avanços consistentes nos indicadores educacionais, com destaque para a evolução nos resultados do SARESP e o aumento dos níveis de fluência leitora, além de melhorias na frequência escolar e na qualidade das práticas pedagógicas, associados a um modelo de formação articulado à prática, com acompanhamento e uso sistemático de evidências para apoiar a tomada de decisão nas escolas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a suas atividades no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja conclusão foi autorizada por esta em 20 de fevereiro de 2026.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c. Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda de apresentação e funcional da Fundação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Fundação e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação:

a. Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros, em conformidade com a sua política contábil e por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, são ativos financeiros: equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Os passivos financeiros são fornecedores e prestadores de serviços, subvenções a realizar e adiantamento de clientes.

b. Caixa e bancos conta movimento

Compreendem valor mantido para utilização em pagamentos de pequenas despesas (caixa) e para atender aos compromissos de curtíssimo prazo da Fundação (bancos conta movimento).

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, é necessário ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recursos, eles não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d. Contas a receber

Os aluguéis a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo menos as perdas com créditos estimadas. Uma estimativa de perdas com crédito é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais contratadas.



e. Imobilizado**e.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção (exceto os imóveis recebidos pela incorporação da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes, que é a atual Biblioteca Sinhá Junqueira, que foram avaliados pelo custo atribuído em 2015), deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, desde que o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

i. Subvenções a realizar

As subvenções são inicialmente registradas pelos valores recebidos em contrapartida de uma conta corrente bancária ou aplicação. O reconhecimento no resultado do exercício se dá em conformidade com a utilização e atendimento aos requisitos exigidos pelas subvenções.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

l. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

m. Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

A Fundação segrega suas receitas entre aquelas com restrição de uso e aquelas sem restrição, conforme a existência de vinculação contratual ou legal quanto à aplicação dos recursos.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Aplicações financeiras

	2025	2024
Aplicação financeira de parcerias público privado- com restrição (i)	2.932	4.755
Fundo de investimento - renda fixa - sem restrição	68.345	64.643
Fundo de investimento - renda fixa - com restrição (ii)	22.250	19.613
	93.527	89.011

(i) As Aplicações financeiras estão relacionadas com os acordos firmados com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto referente aos projetos das escolas de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" e Escola Municipal de Educação Infantil "Geny Biagioni Veiga".



(ii) Aplicações financeiras no fundo AD14 Advance Multimercado Crédito Privado FICF (CNPJ do Fundo 13.410.763/0001-52 - Administrador Itaú Unibanco S/A). Têm o intuito de gerar rendimentos para a manutenção das atividades da Fundação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos. As aplicações com restrição originam-se dos recursos de vendas de bens da Fundação. A utilização desses recursos só pode se realizar em obras ou projetos sociais e filantrópicos envolvendo crianças e adolescentes carentes, mediante aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público Estadual.

5. Contas a receber

	2025		2024
	Circulante	Não circulante	Circulante
Aluguéis a receber - imobiliárias	876	-	783
Aluguéis a receber - administração da Fundação	7	-	7
	883	-	790
(-) Perda de crédito esperada	(451)	-	(451)
Alienações de bens	334	611	27
	766	611	366

6. Imobilizado

a. Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	2025			2024
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	42	-	42	42
Terreno Biblioteca Cultural "Sinha Junqueira"	-	2.327	-	2.327	2.327
Edificações	1,67%	5.523	(544)	4.979	4.769
Edificação Biblioteca Cultural "Sinha Junqueira"	2,50%	10.428	(1.147)	9.281	9.461
Instalações	10%	382	(353)	29	42
Móveis e utensílios	10%	1.197	(792)	405	528
Máquinas e equipamentos	10%	675	(411)	264	227
Veículos	20%	300	(300)	-	-
Equipamentos de informática	20%	945	(709)	236	235
Acervo de livros	-	233	-	233	233
Reforma Colégio Camillo de Mattos	-	423	-	423	423
Outros	-	30	-	30	30
		22.505	(4.256)	18.249	18.317

b. Movimentação do custo histórico

	2025				2024			
	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais
Terrenos	42	-	-	42	42	-	-	42
Terreno Biblioteca Cultural "Sinha Junqueira"	2.327	-	-	2.327	2.327	-	-	2.327
Edificações	5.260	276	(13)	5.523	5.260	-	-	5.260
Edificação Biblioteca Cultural "Sinha Junqueira"	10.428	-	-	10.428	10.428	-	-	10.428
Instalações	382	-	-	382	634	323	(575)	382
Móveis e utensílios	1.206	-	(9)	1.197	2.137	70	(1.001)	1.206
Máquinas e equipamentos	596	79	-	675	850	72	(326)	596
Veículos	300	-	-	300	300	-	-	300
Equipamentos de informática	860	85	-	945	896	199	(235)	860
Acervo de livros	233	-	-	233	233	-	-	233
Reforma Colégio Camillo de Mattos	423	-	-	423	423	-	-	423
Outros	30	-	-	30	30	-	-	30
	22.087	440	(22)	22.505	23.560	664	(2.137)	22.087

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2025				2024			
	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais
Edificações	(1.457)	(234)	-	(1.691)	(1.225)	(232)	-	(1.457)
Instalações	(340)	(13)	-	(353)	(362)	(48)	70	(340)
Móveis e utensílios	(679)	(115)	2	(792)	(608)	(204)	133	(679)
Máquinas e equipamentos	(369)	(42)	-	(411)	(364)	(69)	64	(369)
Veículos	(300)	-	-	(300)	(300)	-	-	(300)
Equipamentos de informática	(625)	(84)	-	(709)	(537)	(140)	52	(625)
	(3.770)	(488)	2	(4.256)	(3.396)	(693)	319	(3.770)

Na definição de valor residual final, a Administração da Fundação constatou que o valor das edificações e terrenos é inferior ao valor recuperável dos imóveis. Assim, o cálculo da despesa de depreciação de várias edificações foi interrompido.

A Administração da Fundação, considerando suas atividades sociais, optou pela não adoção do custo atribuído (*deemed cost*), conforme facultado pelas normas contábeis em períodos anteriores. A exceção é para o acervo incorporado da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes (atual Biblioteca Sinha Junqueira), avaliado ao custo atribuído quando da incorporação em 2015. Os demais bens estão avaliados ao valor do custo histórico de aquisição.

A Administração da Fundação procedeu a análise de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado para atendimento às normas contábeis. Não foi identificada a necessidade de qualquer ajuste para redução ao valor recuperável dos bens (*impairment*). Em regra, o custo histórico dos imóveis é muito inferior ao valor atual de mercado. Para fins de análise e comparação, apresentamos abaixo um resumo dos imóveis da Fundação, por localização e pelo valor venal disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:



Loteamento	Valor venal
Campos Elíseos	11.379
Jd. Independência	575.863
Pq. Cel. Quito Junqueira Industrial	39.020
Vila Carmen	3.836
Vila Coronel Quito	6.776
Vila Perdizes	5.694
Total	642.568

7. Fornecedores e prestadores de serviços

Nesta conta estão registrados saldos a pagar relativos ao fornecimento de produtos de alimentação, limpeza, manutenção, entre outros, e prestadores de serviços nas áreas administrativa e operacional da Fundação. O saldo é de R\$ 142 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 341 em 2024).

8. Salários, férias e encargos sociais

	2025	2024
Salários e ordenados	626	258
INSS	77	59
FGTS	96	80
Provisão para férias e encargos	1.094	767
Outros	12	7
	1.905	1.171

9. Adiantamento de clientes

Em 8 de outubro de 2024, a Fundação recebeu a primeira parcela referente à venda de terrenos a determinada empresa de Ribeirão Preto, no valor de R\$ 11.625. O pagamento da segunda parcela está condicionado à entrega da infraestrutura completa e finalizada dos referidos imóveis. A escritura de compra e venda foi lavrada e registrada em cartório em 27 de setembro de 2024, sendo posteriormente retificada e aditada em 30 de outubro de 2024.

10. Subvenções a realizar

a. Composição do saldo

	2025	2024
Convênio Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto		
Escola de Educação Infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa"	1.519	4.482
Escola de Educação Infantil "Geny Biagioni Veiga"	622	-
	2.141	4.482

b. Movimentação

Apresentamos a movimentação das subvenções nos exercícios:

	2025	2024
Saldo inicial	4.482	3.930
Subvenções devolvidas do convênio de 2024	(4.482)	-
Subvenções recebidas do convênio	12.952	8.797
Baixa de imobilizado	-	(475)
Subvenções apropriadas no resultado	(10.811)	(7.770)
Subvenções a apropriar	2.141	4.482

Com relação ao convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, do total de R\$ 12.952 (R\$ 8.797 em 2024) de subvenções recebidas no exercício, foi apropriado no resultado o montante de R\$ 10.811 (R\$ 7.770 em 2024) relacionado a gastos com folha de pagamento, serviços e materiais destinados à escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" e Escola Municipal de Educação Infantil "Geny Biagioni Veiga" (vide nota explicativa nº 14).

11. Provisão para contingências

A Fundação é parte envolvida em ação trabalhista no montante calculado de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2 em 2024) e uma ação tributária de R\$ 285 relacionada a desobrigação do recolhimento de PIS sobre a folha de pagamento em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 169 em 2024), que foram conservadoramente provisionadas para contingências.

12. Passivos contingentes

A administração da Fundação discute o montante de R\$ 332 em ação da esfera trabalhista, R\$ 95 na esfera cível e R\$ 3 na esfera tributária, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, não sendo constituída nenhuma provisão para contingências.

13. Patrimônio social

O valor do superávit dos exercícios, após a sua aprovação, é transferido para a conta patrimônio social, conforme norma própria de entidade sem finalidade de lucros.

14. Doações e subvenções

	2025	2024
Doações - PNAE (i)	537	255
Doações - CMDCA	-	37
Subvenções(ii)	10.811	7.770
Doação projeto rede pública (iii)	913	870
Doação -projeto Tecjovem	-	65
Outras subvenções (iv)	517	366
	12.778	9.363

(i) O valor recebido refere-se à verba acumulada do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e de doações de empresas privadas.

(ii) Representam as subvenções apropriadas no exercício de 2025 de acordo com convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, conforme nota explicativa nº 10.



(iii) Trata-se de programa de capacitação para profissionais da rede pública de ensino. Em 2025 foram capacitadas 595 profissionais de 102 escola públicas totalizando 540 horas de formação presencial para diretores escolares, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores, professores de matemática e professores de língua portuguesa. Indiretamente o programa impactou aproximadamente 63.000 estudantes de educação básica.

(iv) A Fundação recebeu recursos financeiros provenientes da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e do Programa de Ação Cultural - PROAC, destinados ao financiamento de projetos culturais vinculados às atividades da Biblioteca Sinhá Junqueira. Tais recursos possuem natureza de subvenções governamentais, sendo concedidos com finalidade específica e vinculados à execução de projetos culturais previamente aprovados, os quais contemplam, dentre outros aspectos, a promoção do acesso à leitura, atividades educativas e difusão cultural.

15. Aplicações financeiras

	2025	2024
Rendimentos de aplicações - com restrições	3.083	2.313
Rendimentos de aplicações - sem restrições	8.776	5.668
	11.859	7.981

16. Aluguéis

Refere-se aos valores registrados mensalmente pelo regime de competência aferidos com aluguéis dos imóveis de propriedade da Fundação. Tem como objetivo, conforme a nota explicativa nº 1, a aferição de renda para a manutenção das atividades sociais da Fundação.

Nos exercícios de 2025 e 2024, foram reconhecidas as receitas nos montantes de R\$ 2.868 e R\$ 2.712, respectivamente.

17. Alienação de bens

Durante o exercício, a Fundação realizou a alienação de dois imóveis de sua propriedade, tendo as operações sido autorizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O imóvel registrado sob a matrícula nº 25.064 foi vendido pelo valor de R\$ 1.250, enquanto o imóvel de matrícula nº 24.642 foi alienado pelo montante de R\$ 3.200.

18. Pessoal

	2025	2024
Salários e ordenados	(10.115)	(7.853)
Assistência médica e odontológica	(531)	(437)
FGTS	(989)	(714)
Férias	(868)	(581)
13º salário	(670)	(524)
Vale transporte	(42)	(63)
Indenizações trabalhistas	(1.035)	(1.060)
Pis Folha de Pagamento	(126)	(94)
Gastos Diversos com Funcionários	(243)	(138)
Programa de Alimentação do Trabalhador	(559)	(464)
Uniformes dos empregados	(37)	(23)
	(15.215)	(11.951)

19. Gerais e administrativo

	2025	2024
Serviços de terceiros	(3.600)	(2.915)
Conservação de imóveis externos	(260)	(216)
Serviço de limpeza e segurança	(686)	(633)
Gêneros alimentícios - educandos	(550)	(517)
Administração imobiliária	(427)	(148)
Material escolar/segurança/uniformes/consumo/diversos	(757)	(503)
Conservação dos bens	(381)	(437)
Depreciações	(488)	(694)
Energia elétrica/água/telefone	(793)	(802)
Despesas com educandos e recreação e esportes	(141)	(37)
Eventos e palestras	(99)	(264)
Cursos de formação e treinamentos	(174)	(274)
Combustíveis	(38)	(29)
Recrutamento de Seleção	(40)	-
LIVROS E REVISTA PARA BIBLIOTECA	(42)	(22)
Investimento imobiliário	(101)	(546)
Estudo meio	(82)	(52)
Programa Atendimento Integral	(68)	-
Viagens e Estadias	(65)	(39)
Formação Profissional	(9)	(181)
Contribuições e Taxas Diversas	(35)	(13)
Materiais não imobilizado	(110)	(273)
Impressos e Materiais de Escritório	(27)	(22)
Programa de Ação Cultural - PROAC - BJS	(459)	(59)
Outras	(149)	(131)
	(9.581)	(8.807)

20. Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como aplicações financeiras e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado, minimizando riscos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.



21. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Mês de competência	2025				2024			
	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção
Janeiro	935	187	73	260	919	184	72	256
Fevereiro	946	189	74	263	698	140	54	194
Março	926	185	73	258	685	137	53	190
Abril	950	190	74	264	682	136	53	189
Maior	951	190	74	264	688	138	54	192
Junho	1.273	255	99	354	725	145	57	202
Julho	930	186	73	259	888	178	69	247
Agosto	944	189	74	263	672	134	52	186
Setembro	967	193	75	268	701	140	55	195
Outubro	990	198	77	275	704	141	55	196
Novembro	974	195	75	270	697	139	54	193
Dezembro	759	152	59	211	613	123	48	171
13º salário	1.264	253	98	351	690	138	54	192
	12.809	2.562	998	3.560	9.362	1.873	730	2.603

22. Gratuidades

A Fundação aplica em gratuidades a totalidade de suas rendas no atendimento às crianças e adolescentes carentes, enquadrando-se no disposto da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social - CEBAS, concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja demonstração é apresentada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

23. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é de que suas rendas decorrem de atividades próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de "atividade própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está em pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação final aplicável a cada circunstância.

24. Administração da Fundação

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada, ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros são revertidos para o cumprimento de suas finalidades sociais. Os membros do Conselho Curador não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados à Fundação sendo esses serviços voluntariados.

O valor que a Fundação usufrui do trabalho não remunerado de seus dirigentes não é mensurado.

25. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar seguros de determinados prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2025.

MARCOS ROCHA AWAD

Diretor Presidente

ANDRÉ JUNQUEIRA SANTOS PESSOA

Diretor Tesoureiro

OCIMAR MILAN

Contador - CRC 1SP137879/O-3

